



***CORPO-TERRITÓRIO: ENTRELAÇANDO GÊNEROS E SEXUALIDADES
NO ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DE UM CURSO DE (FORM)AÇÃO
DOCENTE***

***CUERPO-TERRITORIO: ENTRELAZAMIENTO DE GÉNEROS Y
SEXUALIDADES EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA DESDE UN CURSO
DE ACCIÓN DOCENTE***

***BODY-TERRITORY: INTERTWINING GENDERS AND SEXUALITIES IN
THE TEACHING OF GEOGRAPHY BASED ON A TEACHER (TRAINING)
ACTION COURSE***

Nilcelio Sacramento de Sousa¹

Chaves Vasconcelos Barreto²

Tiago Dionisio da Silva³

RESUMO

Diálogos sobre gênero e sexualidades ganham cada vez mais espaço na formação acadêmica em Geografia. Diante desse cenário, o objetivo desse artigo é refletir sobre processos formativos que contribuem para o debate e influenciam a prática pedagógica em Geografia. Para tanto, será apresentado um curso de extensão ofertado, gratuitamente, através do Laboratório LAGESEX da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para 200 professores/as de Geografia da Educação Básica do Brasil, divididos em 5 turmas, cada uma com 40 cursistas. Esse trabalho baseia-se metodologicamente em uma narrativa de experiência enriquecido por revisões bibliográficas e reflexões sobre a experiência formativa em tela. Como resultado dessa análise, percebemos a necessidade de maior inserção das temáticas de gênero e sexualidades no campo do ensino da Geografia, sendo imperativo, portanto, ações formativas que dialoguem com os debates propostos, bem

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

² Pós-doutor em População, Território e Estatísticas Públicas. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Doutorando em Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

como sua incorporação intencional nos currículos de Geografia da Educação Básica e no Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e Sexualidades. Formação docente. Atividades extensionistas. Geografia Insurgente.

RESUMEN

Los diálogos sobre género y sexualidades ganan cada vez más espacio en la formación académica en Geografía. Ante este escenario, el objetivo de este artículo es reflexionar sobre los procesos formativos que contribuyen al debate e influyen en la práctica pedagógica en Geografía. Para ello, se ofrecerá gratuitamente, a través del Laboratorio LAGESEX de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, un curso de extensión para 200 profesores de Geografía de Educación Básica de Brasil, divididos en 5 clases, cada una con 40 alumnos. Este trabajo se basa metodológicamente en una narrativa de experiencia enriquecida con revisiones bibliográficas y reflexiones sobre la experiencia formativa en pantalla. Como resultado de este análisis, percibimos la necesidad de una mayor inclusión de las temáticas de género y sexualidad en el campo de la enseñanza de la Geografía, siendo imperativa, por tanto, la realización de acciones de formación que dialoguen con los debates propuestos, así como su incorporación intencional a los currículos de Geografía de la Educación Básica y de la Educación Superior.

PALABRAS-CLAVE: Género y sexualidades. Formación continua del profesorado. Actividades de extensión. Geografía insurgente.

ABSTRACT

Dialogues about gender and sexualities are increasingly gaining space in academic training in Geography. Given this scenario, the objective of this article is to reflect on formative processes that contribute to the debate and influence pedagogical practice in Geography. To this end, an extension course offered free of charge by the LAGESEX Laboratory of the Federal Rural University of Rio de Janeiro will be presented to 200 Geography teachers from Basic Education in Brazil, divided into 5 classes, each with 40 students. This work is methodologically based on a narrative of experience enriched by bibliographical reviews and reflections on the formative experience in question. As a result of this analysis, we perceive the need for greater inclusion of gender and sexuality themes in the field of Geography teaching, therefore, it is imperative to have formative actions that dialogue with the proposed debates, as well as their intentional incorporation into Geography curricula in Basic Education and Higher Education.

KEYWORDS: Gender and Sexualities. Continuing teacher training. Extension activities. Insurgent Geography.

* * *

Introdução

O presente texto deve ser lido e compreendido a partir de um contexto histórico e geográfico próprio, de uma territorialidade outra que transgride a lógica hegemônica e possibilite a construção de saberes e práticas geográficas transgressoras em um espaço-

tempo negligenciado (Universidade x Escola) às particularidades de pessoas LGBTTI+⁴. Em outras palavras, ao considerar esse espaço-tempo como um campo de possibilidades, podemos afirmar que a experiência geográfica se constrói a partir de corpos que de forma dialética, também são produzidos à medida que se veem como sujeitos de suas próprias narrativas com e a partir desse espaço-tempo.

Nesse sentido, desenvolver uma atividade de extensão pouco convencional para os moldes acadêmicos é criar possibilidades para que temáticas até então invisibilizadas, se tornem o centro das discussões. Logo, não é simplesmente executar um dos pilares⁵ em que a Universidade Pública está assentada, é uma resposta aos dias vivenciados recentemente que atingiram em cheio o campo educacional, dias em que debater determinadas temáticas, como gênero e sexualidades, tornou-se um ato considerado subversivo e insurgente ou até mesmo uma ameaça a “ordem nacional”.

Considerando essa premissa, abordar temáticas como gênero e sexualidades através de atividades de extensão no ensino de Geografia, possibilita que os/as estudantes, professores/as em formação desenvolvam uma compreensão crítica do espaço e das dinâmicas sociais que nele ocorrem. A Geografia, por sua natureza interdisciplinar, é um campo fértil para discutir como as relações de poder, as normas culturais e as políticas públicas moldam as experiências de diferentes grupos sociais. Ao trazer essas questões para o centro das discussões, o ensino de Geografia se torna não apenas uma ferramenta de resistência, mas também um espaço-tempo de empoderamento, onde os/as alunos/as podem questionar e reimaginar as relações socioespaciais, contribuindo para uma educação mais inclusiva e transformadora.

Em continuidade a essa questão, é essencial reconhecer que o espaço-tempo escolar e universitário são permeados por relações de gênero. Parafraseando Joseli Silva (2009a, p. 137), estamos concebendo a escola X universidade como “partes integrantes [...] da realidade socioespacial da cidade, que tanto molda quanto é moldada por essas relações”. Isso implica considerar os corpos docente e discente que nelas estão inseridos,

⁴ A sigla LGBTTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais) tem apresentado variações e foi ressignificada ao longo dos anos. Neste texto, adotaremos essa sigla, onde o símbolo “+” é utilizado para incluir pessoas que não se identificam com as outras letras, indicando que o processo de (re)construção da sigla continua em aberto (Silva; Caetano; Sousa, 2022).

⁵ De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. (Moita & Andrade, 2009, p. 269).

as normas e regras estabelecidas, bem como os espaços designados para as diversas atividades, que, ainda que de forma inconsciente, acabam por definir papéis e normas para cada gênero. Nessa perspectiva, recorrendo mais uma vez a Silva (2002, p. 58), compreender as “ausências, silêncios e invisibilidades do discurso científico” é reconhecer que tais características não são frutos de acasos, mas de uma determinada forma de conceber e de fazer a Geografia. Essa abordagem reflete na compreensão de como essa temática foi abordada e continua sendo tratada nessa ciência.

Diante disso, cabe ressaltar que as memórias de muitos/as docentes ainda são assombradas pelas ações nefastas oriundas de indivíduos conservadores que defendem a “cura gay”, que acreditam na distribuição de “kits gays” em escolas públicas e, por último, na mitológica distribuição de “mamadeiras de piroca”. Tal situação antecedeu a disputa eleitoral a presidência da República em 2018 e permaneceu ao longo da gestão que venceu o pleito (2019-2022), representada pelo então ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro. Alexandre Bortolini (2022) informa que:

Nos últimos anos a palavra gênero se tornou personagem de uma polêmica nacional e no Congresso Nacional. Uma polêmica que tem no centro a educação. De um lado, ativistas e pesquisadores defendendo a importância de inserir uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais. De outro, conservadores e reacionários lutando contra o ensino do que chamam de ideologia de gênero nas escolas (Bortolini, 2022, p. 27).

Apesar de ainda vivenciarmos dias difíceis, muitos professores da Educação Básica têm buscado forças, realizado propostas e projetos com o objetivo de combater as mentiras relacionadas ao campo das sexualidades dissidentes e minorias sexuais propagadas em diversos canais de comunicação e proporcionar aprendizagens significativas em temáticas ainda consideradas tabus em pleno século XXI, como gênero e sexualidades e o modo de ser e estar da população LGBTTI+. Vale sinalizar, como aponta Caio Escuto, homem trans e professor de Geografia, que gênero e sexualidades são temáticas que “batem” à porta da escola e “gritam” a todo momento no espaço escolar:

Por mais que seja difícil de aceitar, gênero e sexualidades estão presentes no espaço escolar. Sim, eles estão lá dentro. Na verdade, sempre estiveram! Fazem parte do cotidiano de qualquer escola, de qualquer turma, de qualquer aluno, aluna, alune. No entanto, esses temas que andam sendo tão falados, principalmente nas escolas, têm sido encarados como dois monstros que precisam ser caçados, aprisionados e eliminados. E, de preferência, que ninguém saiba disso. São questões que parecem que, se não forem eliminados dentro das escolas, causarão a desordem total nas normas de gênero e sexualidade estabelecidas pela sociedade ocidental (Escuto, 2023, p.93).

Diante disso, a experiência trazida aqui, por nós, autores se deu por meio das angústias e delícias do universo da sala de aula em diversos níveis educacionais. Nós, que temos constantemente nosso modo de *serestar* questionados pelo sistema vigente, consideramos como uma estratégia de subversão e insurgência à ordem vigente patriarcal, cisheteronormativa, cristã e conservadora compartilhar uma experiência extensionista-pedagógica que se tornou um importante mo(vi)mento para reconfigurar o processo de ensino-aprendizagem da Geografia trazendo para o centro do debate temas até então negligenciados por este campo do saber. Desse modo, é importante perceber que o espaço geográfico é vivenciado de diferentes formas pelas pessoas, o que reflete e reforça as dinâmicas sociais e de poder existentes. Silva (2014) revela que, teoricamente, o espaço é acessível a todas as pessoas; entretanto, na prática, sabemos que culturalmente existem espaços considerados “impróprios” para mulheres, negros/as e pessoas que apresentam sexualidades vistas como dissidentes, o que resulta em constrangimentos e exclusões para esses grupos sociais. A Geografia, portanto, não pode se limitar a uma análise superficial do espaço como algo neutro ou universalmente acessível.

Alex Ratts (2003) complementa essa discussão ao afirmar que há espaços onde certos grupos sociais ou indivíduos sentem-se mais à vontade, enquanto outros espaços permanecem estranhos e inóspitos para essas mesmas pessoas. Isso ocorre porque o espaço é marcado por relações de poder que determinam quem pertence e quem é excluído, revelando como o espaço geográfico é carregado de significados sociais e culturais.

Para ambos os/as autores/as, é papel fundamental da Geografia investigar como as relações sociais se manifestam e são negociadas no espaço, entendendo o espaço não apenas como um cenário passivo, mas como um agente ativo na reprodução e transformação das desigualdades sociais. A Geografia, ao analisar as espacialidades, deve considerar as experiências e vivências daqueles/as que ocupam e constroem esses espaços, especialmente os grupos marginalizados, cujas presenças e ausências revelam muito sobre as estruturas de poder e resistência presentes na sociedade.

Nessa mesma direção, recorremos a Victor Pereira de Sousa (2022) que ao (des)tecer um diálogo rizomático com Henri Lefebvre (2016), afirma que os espaços que habitamos não são meramente dados naturais ou neutros, mas sim produtos sociais, construídos e moldados por relações de poder, economia, cultura e práticas sociais. Consequentemente, propõem que o espaço é produzido através de uma tríade dialética: o espaço percebido (práticas espaciais), o espaço concebido (representações do espaço) e o

espaço vivido (espaço de representação). Esses elementos interagem constantemente, refletindo e reproduzindo as estruturas sociais.

Nessa perspectiva, quando relacionamos essa percepção de espaço aos corpos dissidentes - aqueles/as que não se enquadram nas normas cisheteronormativas e patriarcais - percebemos que o espaço produzido na sociedade reflete e perpetua essas normas. Os *corposvidas* dissidentes (Sousa, 2022) são os que incluem pessoas LGBTTI+ que desafiam padrões de gênero e outros sujeitos marginalizados, muitas vezes encontrando-se excluídos ou marginalizados em determinados espaços que foram concebidos e organizados para reforçar as normas dominantes.

Por isso, ao capturarmos as ideias de espaço percebido, o qual, envolve as práticas cotidianas e a maneira como os corpos dissidentes se movimentam e interagem com o espaço. Por exemplo, espaços urbanos podem ser vividos de forma hostil por pessoas trans ou gays, que enfrentam preconceitos e violência física ou simbólica em locais onde a norma cisheteronormativa é dominante. Esses *corposvidas* dissidentes, ao habitarem e usarem o espaço de formas que subvertem as normas, também podem transformar o espaço, criando novas práticas espaciais que desafiam as fronteiras estabelecidas; como exemplo temos as representações do espaço criadas por planejadores urbanos, arquitetos/as, governos e instituições, que geralmente são influenciadas por ideologias dominantes (Sousa, 2022). Esses espaços são planejados para reforçar a ordem social existente, muitas vezes excluindo ou invisibilizando corpos dissidentes. A exemplo, banheiros públicos segregados por gênero ou políticas de urbanismo que não consideram as necessidades de pessoas trans e não-binárias são manifestações de um espaço concebido que reproduz a marginalização desses *corposvidas*.

Já o espaço vivido - o espaço de representação - percebemos que a experiência individual-coletiva dos *corposvidas* dissidentes se materializa (Sousa, 2022). Nesse espaço as subjetividades e as resistências se manifestam de forma mais intensa. Portanto, os *corposvidas* dissidentes, ao habitarem esses espaços, muitas vezes criam contra-espacos, lugares de resistência e ressignificação, onde as normas dominantes são contestadas e novas formas de existência e convivência são experimentadas. Esses contra-espacos são fundamentais para a produção de novos significados e práticas sociais, onde a diversidade de corpos e identidades pode ser reconhecida e valorizada, como aponta Mary Rangel (2013) ao discutir a função do espaço da escola no trato das questões da diversidade. Dessa forma, é possível afirmar que a produção do espaço não é apenas uma questão material, mas também simbólica e política, onde a luta por reconhecimento e

igualdade se desenrola, especialmente para os corpos dissidentes que desafiam as normas estabelecidas.

Desse modo, o espaço escolar, enquanto ambiente educacional, é tradicionalmente concebido como um lugar de aprendizado, socialização e desenvolvimento. Contudo, tomando as ideias de Lefebvre (2016) em sua teoria da produção do espaço, esse espaço não é neutro; é um campo de disputas onde as práticas e representações sociais moldam e são moldadas pelas dinâmicas de poder. No contexto da educação, o espaço escolar se configura como um espaço concebido e vivido onde normas e valores predominantes são transmitidos e reforçados. Infelizmente, muitas vezes, essas normas são excludentes para corpos e identidades que desafiam as normas cisheteronormativas. Aqui, a perspectiva dos contra-espços torna-se essencial.

Portanto, contra-espços são lugares de resistência e ressignificação, onde grupos marginalizados buscam afirmar suas identidades e práticas diante das normas dominantes. Perspectiva que vai em direção ao pensamento do que afirma Sousa (2022), já que para ele, embora existam forças sociais e políticas tentando controlar o espaço escolar, elas não conseguem exercer um controle absoluto. Pois, embora na escola seja evidente a presença de forças que tentam disciplinar *corposvidas* que não se conformam aos padrões normativos impostos, como o padrão cisheteronormativo branco. No entanto, mesmo diante dessa tentativa de controle, sempre haverá resistência e a presença de pessoas que encontram brechas e fissuras nesse sistema opressor. Esses indivíduos constantemente buscam se desvencilhar das amarras que tentam marginalizar e oprimir seus *corposvidas*, movendo-se em direção à autonomia e à afirmação de suas identidades (*ibid*).

Dessa forma, defendemos a urgente e imperativa necessidade de tornarmos a temática Geografia, Gêneros e Sexualidades mais visível e legível diante da comunidade universitária como um todo. É crucial combater alguns mitos como a popularização do mito da “mamadeira de piroca”⁶, uma vez que isso esbarra diretamente no direito à vida a partir da subjetividade da população LGBTTI+ que muitas vezes são precocemente expulsas do espaço escolar não tendo possibilidades de ascender até o ensino superior. Em complemento ao exposto, cabe informar que:

A existência e persistência da LGBTfobia nas escolas brasileiras não é novidade. Em 2004, um estudo da UNESCO já apontava para um alto índice

⁶ Apoiadores/as de Bolsonaro espalham boato sobre "mamadeira erótica de Fernando Haddad" e mensagem viraliza nas redes sociais e em grupos de WhatsApp. Pessoas acreditaram na veracidade do conteúdo e ficaram indignadas.

de imagens homofóbicas e de intolerância quanto à homossexualidade entre estudantes e professores. [...] Na pesquisa, 25% dos alunos entrevistados afirmaram que não gostariam de ter colegas homossexuais. O percentual fica ainda maior quando se trata apenas dos meninos. No Rio de Janeiro, entre os responsáveis, 40% não gostariam que seu filho estudasse junto com colegas homossexuais. E embora esse percentual caia muito entre os professores, havia ainda um grande número de educadores que explicitamente rejeitavam a ideia de ter um aluno ou aluna homossexual (Bortolini, 2022, p.41).

A escola é um dos espaços onde as relações raciais e de gêneros se manifestam, se desenrolam. O espaço escolar é constantemente generificado e sexualizado, seja nos discursos sobre como meninas são mais organizadas e meninos bagunceiros, ou nas representações do que é ser macho ou do que é brincadeira de meninos e/ou de meninas, além de uma inclusão excludente dos estudantes LGBTTI+ que estão presentes no espaço escolar, mas são presenças indesejadas ou controladas.

A escola está permeada por supostas subjetividades, que na verdade representam as reproduções sociais de preconceitos e discriminações, racismos e machismos “velados”, construções culturais que perpassam gerações, como a “inocente” naturalização dos “meninos jogam futebol e meninas jogam queimado” na hora do recreio.

No entanto, apesar de passados alguns anos, essa realidade não mudou muito. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, aponta que “a situação de pessoas LGBT na escola retrata níveis elevados e alarmantes de discriminação, agressões verbais e mesmo violência física” (ABLGBTT, 2016, p 13). Essa opressão sobre determinados corpos e diferentes modos de ser e estar baseados em um padrão comportamental dentro da norma cis-heteronormativa é uma construção política e cultural para a manutenção de um *status quo* em que corpos lidos como diferentes não tem lugar nem vez.

Rogério Diniz Junqueira traz importante contribuição para o tema ao ressaltar que:

[...] nunca é demais sublinhar que, historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) que não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês e “saudável”. A escola tornou-se um espaço onde o “currículo em ação” faz rotineiramente circular preconceitos que colocam em movimento discriminações e outras formas de gestão das fronteiras de anormalidade (Junqueira, , 2013, p.482).

Compreendemos que esse debate deve ser qualificado e não reduzido somente à inserção da discussão sobre gênero e sexualidades para não cairmos na armadilha que é

essa cortina de fumaça produzida por esses ataques conservadores que desviam a atenção da sociedade para os verdadeiros problemas que assolam a educação: baixos salários dos servidores, desrespeito ao pagamento do piso nacional docente, verbas irrisórias para a merenda, estruturas físicas precarizadas, ausência de garantia à formação continuada, falta de professores/as efetivos/as, equipe técnico-pedagógica das escolas incompleta, entre outros.

Tudo isso torna ainda mais grave a situação dos estudantes LGBTTI+, uma vez que esse espaço escolar, por muitas vezes hostil impacta no “desempenho desses mencionados discentes, provocam faltas e desistências, levam à depressão e alimentam um sentimento de não pertencimento à instituição escolar” (Bortolini, 2022. p.41).

Seguindo nessa destituição de direitos, vale relembrar a campanha chamada “contra ideologia de gênero” que retirou as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Isso implicou na supressão dessas expressões na primeira e segunda versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e tal supressão continuou na terceira e última versão da BNCC.

Ao analisarmos os componentes curriculares de geografia da etapa anos iniciais e da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Base Nacional Comum Curricular foi possível perceber que os debates acerca dos marcadores sociais gênero e raça não aparecem no documento, apesar das temáticas da diferença e desigualdade estarem presentes ao longo do texto (Azevedo ; Giordani, 2019, p.20).

Vale ressaltar que, apesar de gênero e sexualidades já estarem presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), publicados em 1997, como temas transversais, a inserção da temática no espaço escolar se justificou “por conta do aumento de infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada na adolescência, a mencionada inserção aumentou devido à preocupação dos educadores” (Brasil, 2000, p. 111).

Embora haja certo avanço em relação à questão de gênero e sexualidades, as temáticas deveriam estar consideradas, também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta versão aprovada, ainda que sob inúmeras críticas, é um documento que não somente orienta, mas normatiza os currículos da Educação Básica em território brasileiro, sendo assim, se faz necessário estar mais presente nos mo(vi)mentos de (form)ação de professores/as, tanto inicial, como continuada, bem como nas práticas escolares de forma efetiva.

Alem disso, o preconceito relacionado à gênero e orientação sexual, que por vezes se estimula através de piadinhas, brincadeiras e várias maneiras de *violência de gênero* (Seffner, 2002), surge como que automatizado e, muitas vezes, encontra-se estereotipado sob essência do comportamento conservador que ainda está presente em diversos *Aparelhos Ideológicos do Estado* (Althusser, 2007) como nas Escolas, nas Igrejas e na própria família enquanto Instituição. Desse modo a Geografia tem papel fundamental nesse campo por ser uma ciência que desvenda máscaras sociais (Moreira, 2007), tendo como premissa desconstruir as atitudes que causam violências e inferiorizações no espaço escolar.

É inconcebível que no Sistema Educacional não façamos tamanha discussão. A própria Escola enquanto Instituição precisa aprimorar conhecimentos e compreender que a sociedade é dinâmica, que caminha em constante transformação histórica e que os aclamados processos educacionais baseados na insurgência de sujeitos anteriormente invisibilizados eclodem, tensionando os currículos, o espaço e as práticas pedagógicas. Sendo assim, qual o papel da Geografia nesse debate? Que contribuições a Geografia pode trazer para desconstrução de preconceitos e estigmas? Que práticas pedagógicas no ensino da Geografia são emancipatórias e refutam os conservadorismos? Que máscaras sociais a educação geográfica está, de fato, desvelando?

Então, partindo dessas premissas caras para nós, do combate ao conservadorismo, da valorização de todos os modos de vida e da ressignificação do ensino da Geografia, que tecemos as reflexões aqui escritas, considerando um ciclo que se autoalimenta através da teoria-prática-teoria, e, para além do reconhecimento da ausência desse debate na formação inicial docente. Propõe-se ainda uma ação *formativareflexiva* sobre práticas pedagógicas anticonservadoras em diferentes níveis de formação, ainda que seja a partir de um curso de extensão para professores de Geografia da educação básica.

Portanto, o que se propõe como objetivo central deste ensaio é contribuir para o debate de uma Geografia insurgente a partir das nossas reflexões como professores de Geografia, que tivemos nossa subjetividade marcada por preconceitos tacanhos uma formação inicial em Geografia sem discussões de temáticas pertinentes ao tema e que, intrínseca e intensamente, estavam ligadas aos nossos modos de *serestar* no/com mundo (Sousa, 2022). As reflexões que o presente trabalho traz são oriundas do lugar da denúncia e da ausência que tanto sofrimento causa nos sujeitos invisibilizados, a partir das relações de poder as quais eles são expostos e as subjetividades corporificadas desconsideradas e, até então, não contempladas nas análises geográficas, para uma (form)ação propositiva,

no sentido de reconfigurar o cenário da Geografia, assumindo o protagonismo não só do debate, mas na produção de conhecimentos pautados no diálogo, respeito e na justiça social.

Assim, este artigo está dividido em duas seções que têm como objetivo expor a análise sobre a experiência de uma atividade de extensão – um curso de formação continuada voltada para os/as professores/as de Geografia da Educação Básica. Na primeira seção apresentamos os objetivos, estrutura e a metodologia do mencionado curso, na segunda explicitamos uma reflexão sobre os resultados a partir das avaliações realizadas pelas/os cursistas buscando construir reflexões e contribuições teóricas que nos ajudem a refletir sobre os temas propostos.

O Curso *Gênero e sexualidade no ensino de Geografia* e suas contribuições no desenvolvimento do campo das Geografias subversivas

Iniciamos esta seção expondo um contexto histórico que resultou em impactos e impôs desafios de curto e médio prazo para a educação brasileira – a pandemia da Covid-19. Todos os segmentos educacionais tiveram que se adequar e se reorganizar para que o processo ensino-aprendizado não parasse. Isso gerou uma mudança de uso das plataformas e tecnologias, além de implementação de métodos e metodologias diversificadas, buscando evitar a evasão escolar.

Tais fatores mudaram drasticamente o ritmo e o espaço de trabalho, transformando o lar em ambiente de trabalho e o estudo passando a ocorrer, involuntariamente, em “tempo integral”. Além dos cursos, escolas e universidades, os grupos de pesquisas tiveram que se readaptar e criar formas de encontros e diálogos, para que as redes de pesquisadores pudessem continuar fortalecidas e os debates aquecidos.

Com isso, percebeu-se um crescente encontro e articulação de grupos de pesquisa a nível nacional e regional, resultando na oferta de cursos e diálogos através de plataformas como *YouTube* e *Google Meet*. E nesse contexto, o LAGESEX – Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, grupo que existe desde 2018, sob a coordenação da Professora Joyce Alves da Silva, ofertou, no segundo semestre de 2022, o curso sobre Gênero e Sexualidades no Ensino de Geografia, gratuitamente, com apoio e contribuição de importantes pesquisadores/as, professores/as de universidades públicas de diversos estados brasileiros.

A referida atividade contou com a participação de 200 (duzentos) cursistas de todo o Brasil, professores/as das redes públicas e privadas da Educação Básica. Vale informar também que recebemos inscrições de professores/as de Instituições Públicas de Ensino Superior que buscaram o Curso sob a justificativa que, mesmo atuando na Graduação e na Pós-Graduação, ou seja, pesquisadores/as experientes e consolidados/as em suas áreas de pesquisas, desejavam se aproximar da temática, objetivando compreender as questões de gêneros e sexualidades como campo de conhecimento e disputa política que possibilitam reflexões a partir da e com a ciência geográfica.

A iniciativa de realizar o Curso se justificou pois, por muito tempo, a Geografia se restringiu à descrição do espaço geográfico de forma dissociativa entre seres humanos e o meio em que vivem, rompendo com as intrínsecas relações de produção desse meio onde nós, seres humanos, somos constituintes e constituídos no e pelo espaço geográfico. Somado a isso, também, o mencionado curso surgiu da necessidade de aprofundamento de discussões por componentes curriculares, a partir de observações feitas pelos professores no primeiro curso de extensão realizado pelo LAGESEX no primeiro semestre de 2021, intitulado Gênero e Sexualidades na Educação Básica.

Sobre isso Silva (2004) afirma que algumas questões como etnia, gênero e raça começam a ser apontadas pelo currículo apenas recentemente, por meio dos estudos pós-estruturalistas e dos estudos culturais e a partir do vínculo entre conhecimento, identidade e poder. Assim, através de contato com colegas de profissão e enquanto pesquisadores da área da educação, gênero e sexualidades, percebeu-se que a temática pode ser entendida como uma questão difícil de ser abordada no espaço escolar. Isso se deve ao fato de muitos docentes não estarem confortáveis dentro da sua formação pessoal e profissional para lidar com o fato. Tal situação, muitas vezes, faz do espaço escolar um lugar onde as pessoas LGBTTI+ sofrem mais preconceitos, discriminações e outras violências.

No Brasil, as Geografias Feministas chegam pelo arcabouço de revisões teórico-metodológicas, mas também com novas abordagens, que lutam para que os estudos de gêneros e sexualidades não sejam mais excluídos da construção dos conhecimentos e saberes geográficos. Silva (2009; 2013) reforça a importância de compreendermos que o padrão cisheteronormativo, patriarcal, machista e branco precisa ser problematizado pelos olhos da Geografia, não deixando mais de lado questões tão importantes para as análises dessa ciência, como: direito à cidade, relações no campo, ensino-aprendizagem, urbanização, mundo do trabalho, globalização, dentre tantos outros.

Ruy Moreira (2013) afirma que a Geografia que se aprende e que se ensina no Brasil precisa reconhecer as múltiplas faces de sua população, direcionando o ensino-aprendizagem na Geografia para a realidade em que estudantes se encontram, não mais reproduzindo descrições simplórias, abstrações e reducionismos. Nessa direção, autores como Ratts (2016) vêm reforçando a importância do reconhecimento do corpo e das diferenças na escola e no ensino de Geografia, reconhecendo que a diversidade sexual e de gênero não estão alheias à realidade escolar e que é fundamental para os/as estudantes se sentirem parte do processo de ensino-aprendizagem, podendo a Geografia ser uma ferramenta de inclusão, valorização e pertencimento.

Sob essa perspectiva, vale nos questionarmos: qual a relevância de gênero e sexualidades para os estudos geográficos? Sob essa perspectiva Silva (2014) explicita um pouco da importância de se trazer estas temáticas para a Geografia:

Se todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e as pessoas experienciam o mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente pelo gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experienciam a vida e, por consequência, o espaço é com toda a certeza profundamente geográfico. [...] A Geografia, como uma ciência da sociedade, está implicada na construção da compreensão da complexidade social que envolve uma multiplicidade de sujeitos. No Brasil, mais de 45% da população não é branca e 50% não são masculinas. Mesmo assim, a análise espacial geográfica está baseada na ação de “sujeitos universais”, em geral descorporificados, sem considerar os marcadores sociais que são utilizados nos processos de hierarquização dos seres humanos (Silva, 2014, p. 97-102).

Milton Santos (1996) complementa ao dizer que existem privilégios para uma parcela da população e, portanto, não há cidadãos/cidadãs plenos/as no Brasil, já que uma parte da sociedade não procura direitos, e sim privilégios. Assim, é possível pensar nas desigualdades de gênero e raça também sob a perspectiva da cidadania.

A dimensão espacial é, portanto, extremamente necessária nas práticas e reflexões dentro do universo escolar e na Geografia que se ensina. É através do espaço que se dá a possibilidade dos estudantes construírem, e não somente reconhecerem, a sua identidade e o seu pertencimento no mundo, sendo a Geografia uma disciplina que procura construir ferramentas teóricas para esta compreensão e reconhecimento do mundo, da espacialidade e dos fenômenos sociais (Callai, 2015).

Diante disso, é importante ressaltar que novas ponderações se relacionam de forma direta com a BNCC, a qual estabelece competências e habilidades em que orienta o que todo/a aluno/a deve ser capaz de cumprir ao final da educação básica.

A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito (Brasil, 2017, p. 5).

Embora o termo gênero tenha sido suprimido do texto, a discussão é encaminhada pela dimensão dos Direitos Humanos. Tais competências inferem que os/as estudantes devem aprender a solucionar problemas e a trabalhar em prol da coletividade, alicerçadas numa formação integral, com vistas à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, com respeito às diferenças e aos Direitos Humanos.

Nesse sentido, o debate que envolve as questões de gêneros, sexualidades e a luta por direitos das mulheres e da população LGBTTI+ têm relação direta com os princípios da BNCC, uma vez que tocam em temas muito caros aos Direitos Humanos, como o direito à dignidade, equidade, proteção e justiça.

Segundo a BNCC, “a educação geográfica contribui para formação do conceito de identidade” (Brasil, 2017, p. 357), pois segundo ela, somos sujeitos “distintos uns dos outros e, por isso, convictos de nossas diferenças” (Brasil, 2017, p. 357). E ainda: “(...) a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza)” (Brasil, 2017, p. 359).

Diante desses trechos citados, não há como negar que, mesmo que não seja de forma direta, a BNCC cita constantemente a preocupação que o ensino de Geografia deve ter para com as questões da diversidade. O problema é que, como o termo diversidade é um termo “guarda-chuva” capaz de abrigar inúmeras questões debaixo dele, questões específicas como gênero e sexualidades ficam à mercê da interpretação e do olhar sensível de cada professor/a ao fazer a leitura deste documento. Ainda é destacado o sentido de alteridade, no qual “os estudantes construam sua identidade relacionando-se com o outro” (Brasil, 2017, p.361)

Ressaltamos, portanto, que tanto na BNCC do Ensino Fundamental como na BNCC do Ensino Médio, a palavra “diversidade” aparece constantemente, porém sem especificar o que cabe nesse termo guarda-chuva. Então, partindo dessas ausências e, ao mesmo tempo, brechas, que foi oferecido o Curso Gênero e Sexualidades no Ensino da Geografia no formato *on-line*, com 30 horas de atividades que ocorreram durante os meses de outubro e novembro de 2021, em 5 módulos/encontros semanais.

Em cada módulo, tivemos a participação de um/a conferencista que abordava questões pertinentes às temáticas. Estes/as construíram falas, discussões, problematizações sobre questões referentes a cada um dos módulos. Vale informar que os 10 (dez) convidados/as (ver Tabela 1) realizam pesquisas relacionadas à temática do Curso refletindo em/sobre *corposvidas* e modos de *serestar* na docência e no mundo (Sousa, 2022).

TABELA 1: temas das 5 (cinco) rodas virtuais de conversa

Datas	Temas	Palestrantes
06/10/2021 19h às 21h	Aula inaugural (live) e início do módulo 1: GÊNERO, SEXUALIDADES E GEOGRAFIA	Conferencista: Joseli Maria Silva Vínculo institucional: Programa de Pós-Graduação em Geografia UEPG Conferencista 2: Alides Baptista Chimin Junior Vínculo: UNICENTRO
13/10/2021 19h às 21h	Módulo 2: ENSINO DE GEOGRAFIA E INVISIBILIDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA BNCC	Conferencista 1: Ana Cláudia Carvalho Giordani Vínculo institucional: UFF Conferencista 2: Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo Vínculo institucional: UEPG e SME/RJ
20/10/2021 19h às 21h	Módulo 3: GEOGRAFIA, RAÇA, GÊNERO, E SEXUALIDADE: ESTERÓTIPOS, ESTIGMAS E PRECONCEITOS	Conferencista 1: Alecsandro José Prudêncio Ratts Vínculo institucional: UFG Conferencista 2: Sayonara Naider Bonfim Nogueira Vínculo institucional: UNIPAC
27/10/2021 19h às 21h	Módulo 4: GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM GEOGRAFIA	Conferencista 1: Genylton Odilon Rêgo da Rocha Vínculo institucional: UFPA Conferencista 2: Carlos André Gayer Moreira Vínculo institucional: IFFAR e SME/Bagé(RS)
03/11/2021 19h às 21h	Módulo 5: GEOGRAFIA ESCOLAR: CORPOS E SEXUALIDADES EM MOVIMENTO	Conferencista 1: Anita Loureiro de Oliveira Vínculo institucional: DEGEO/IM/UFRRJ e PPGeo/UFRRJ Conferencista 2: Roberta Carvalho Arruzzo Vínculo institucional: DEGEO/IM/UFRRJ e PPGeo/UFRRJ Conferencista 3: Geny Guimarães Vínculo institucional: Colégio Técnico da UFRRJ – CTUR

Fonte: Organizado pelos autores

O curso que teve vinculação com o Departamento Educação do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através do LAGESEX,

a partir dos seus próprios recursos e teve como objetivos centrais: 1) Compreender as questões de gênero como campo de conhecimento na ciência geográfica e disputa política que possibilita a reflexão sobre corpo, sexualidades, raça e classe na escola; 2) Analisar a construção histórica deste processo cultural sexista reproduzido no espaço escolar e; 3) Refletir sobre os desafios, a inserção e expressão da sexualidade e das questões de gênero no contexto da escolarização brasileira, buscando possíveis modos de intervenção e práticas pedagógicas a partir da ciência geográfica e do ensino-aprendizagem em Geografia.

Cada módulo foi organizado em um movimento de (form)ação de 2 (duas) etapas semanais, sendo uma aula síncrona, na plataforma *Jitsi*, conforme descrito na tabela abaixo, e outra assíncrona, no WhatsApp. A atividade síncrona consistia em uma roda virtual de conversa sobre o tema proposto, mediada por professores especialistas convidados, com duração de 2 (duas) horas. Essas rodas virtuais foram transmitidas através do canal LAGESEX no YouTube, com o objetivo de criar um material acessível para consulta posterior.

TABELA 2: temas das “aulas” e links

Aulas	Temas	Links
1	GÊNERO, SEXUALIDADES E GEOGRAFIA	https://www.youtube.com/watch?v=_Bla8Ctq-gQ
2	ENSINO DE GEOGRAFIA E INVISIBILIDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA BNCC	https://www.youtube.com/watch?v=YuWaGr0h0ME
3	GEOGRAFIA, RAÇA, GÊNERO, E SEXUALIDADE: ESTEREÓTIPOS, ESTIGMAS E PRECONCEITOS	https://www.youtube.com/watch?v=Em-MI6wJ70A
4	GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM GEOGRAFIA	https://www.youtube.com/watch?v=bTUBbT_1pzY
5	GEOGRAFIA ESCOLAR: CORPOS E SEXUALIDADES EM MOVIMENTO	https://www.youtube.com/watch?v=QjydyOorkWA

Fonte: Organizado pelos autores

Já as atividades assíncronas ocorriam no grupo do *WhatsApp* da turma e consistia num fórum de discussão baseado em questões problematizadoras que foram levantadas na roda de conversa. Assim, para cada roda de conversa, houve um fórum de discussão

via *WhatsApp*, abrangendo uma carga horária semanal de 6h. Cada fórum contou com, no mínimo, 4 (quatro) tutores/as para realizar a mediação do debate.

Para além dos fóruns, o grupo do *WhatsApp* serviu como elo de comunicação entre coordenação e cursistas, e também como interface para compartilhamento de links, vídeos, imagens e textos pertinentes para o fomento das discussões empreendidas no curso.

Tecendo e construindo possibilidades reflexivas pedagógicas a partir de uma geografia insurgente

Conforme vem sendo defendido ao longo desse artigo, o debate sobre Gêneros e Sexualidades deve estar presente nos espaços de socialização dos indivíduos e nos meios de comunicação - novelas, noticiários, filmes e redes sociais - e também na escola.

Esta realidade questiona a cisheteronormatividade, caracterizada pela heterossexualidade compulsória, articulada a uma ordem social na qual impõe um modelo engessado de comportamento para homens e mulheres.

Essa situação gera ausências e silêncios no currículo e estas não são meros acasos, sendo na verdade reflexos daquilo que é priorizado socialmente versus o que é rechaçado. As sexualidades consideradas dissidentes estão fora do currículo. E, além disso, são combatidas pelos/as mesmo/as, que visam formar cidadãos/cidadãs “normais”, ou seja, heterossexuais.

Ivaine Tonini (2002) explica que as desigualdades de gêneros, raça e classe são produzidas discursivamente e permeadas por relações de poder, e que examiná-las significa tratá-las como uma política cultural. É importante destacar que diferença não é sinônimo de desigualdade; a desigualdade é produzida a partir de relações assimétricas de poder que estabelecem hierarquias históricas, sociais e culturais entre diferentes sujeitos/as dominadores/as e subordinados/as. A diferença pode simplesmente refletir as diversidades e as pluralidades, enquanto a desigualdade surge quando essas diferenças são moldadas e interpretadas através de estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a opressão. Portanto, para entender e enfrentar as desigualdades, é necessário analisar como essas relações de poder são construídas e mantidas culturalmente, e como afetam as oportunidades e direitos de diferentes grupos na sociedade.

Os estereótipos de gênero podem até não estar inscritos de maneira formal no currículo, mas fazem parte da formação que se dá nas instituições educacionais (Silva,

2005). Um exemplo disso é o tratamento diferenciado que meninos e meninas recebem dentro da instituição escolar. Das meninas, espera-se letra bonita, um caderno organizado, e que sejam quietas e comedidas em suas atitudes, com brincadeiras que refletem sempre a delicadeza. Já, para os meninos, a expectativa de comportamento é outra. É normalizado que tenham letra considerada feia, um caderno bagunçado e que suas brincadeiras sejam mais energéticas e agressivas. Assim, o currículo acaba refletindo os estereótipos presentes na sociedade. Nesse sentido, a escola, como parte constituidora da sociedade, incorpora seus valores e suas práticas. Se a sociedade é machista e homofóbica, transfóbica, a escola também será assim. Se a sociedade preza por manter a heterossexualidade como sexualidade dominante, e a cisgeneridade como o único modelo, então a escola, tende a contribuir para a perpetuação desse padrão.

Nesse sentido, esse debate requer mais que boa vontade de alguns/as professores/as que se sensibilizam com a causa LGBTTI+ e buscam promover maior conscientização sobre os preconceitos e violências sofridos por essa parcela da população. Para que haja um enfrentamento efetivo do preconceito LGBTIfóbico no espaço escolar, é necessária a adoção de políticas públicas voltadas principalmente para a (form)ação de professores/as, com ênfase nessas temáticas. Além disso, é preciso que os currículos também incluam em seus textos pontos específicos que estabeleçam objetivos de combate claros a esse tipo de discriminação. Como resultado, verificamos que a estrutura formativa atendeu às expectativas dos/as cursistas, levando em conta relatos dos mesmos quanto às condições precárias do exercício da profissão docente no Brasil, onde muitas vezes as redes públicas de ensino não liberam os/as profissionais para realizarem (form)ações continuadas. Com 186 (cento e oitenta e seis) cursistas concluintes dos 200 (duzentos) que se matricularam, o Curso Gênero e Sexualidades no Ensino de Geografia foi encerrado no dia 06/11/2021. Ao final, foi realizada uma autoavaliação através de um formulário do Google, onde estas/es foram inquiridos/as sobre algumas questões, tais como: 1) Durante sua formação docente inicial, houve alguma disciplina ou conteúdo que abordava as questões de gêneros e sexualidades no espaço escolar? 2) Você acredita que sua prática foi ou pode ser modificada a partir da experiência de saberes que você teve neste curso?

Por não se tratar de um estudo quantitativo, não é foco deste artigo apresentar porcentagens das questões, mas sim abrir discussões sobre as respostas produzidas. Compreender as múltiplas facetas da relação entre espaço escolar, gêneros, sexualidades e diversidades em um cenário marcado por normas e regulações, bem como por potências

e (ainda poucas) rupturas, torna-se muito importante. Entender o que professores/as expressam em suas práticas é sem sombra de dúvidas fundamental para tentarmos criar perspectivas mais humanas para o espaço escolar que, em muitos momentos, ainda é bastante segregador.

Tendo em vista que menos de 20% de cursistas afirmaram ter em sua vida acadêmica alguma disciplina que tenha trabalhado as questões de gêneros e sexualidades, fica clara para nós a necessidade de produzirmos cursos que abarquem essas temáticas. Essa percepção é reafirmada ao observamos as respostas relacionadas à segunda questão. Muitos/as de nossos/as colegas apontam que as discussões desenvolvidas no curso, em um período relativamente curto, modificaram suas práticas, trazendo outros-novos conceitos que estava ausentes na (form)ação inicial, além de propostas de trabalho que ampliassem não apenas o seu conhecimento, mas também garantiram os direitos dos/as alunos/as em relação as suas subjetividades.

Assim, compreendendo a escola como um espaço em disputa e um lugar de múltiplas vozes, é crucial investir na formação continuada de professoras/es. Esse investimento deve instrumentalizá-los e ampliar seus horizontes para uma educação crítica com foco nas questões debatidas. Muitos docentes se apresentam, por meio de suas próprias falas, como despreparados/as para lidar com as questões trazidas pelos/as estudantes ou são fortemente influenciados por uma visão e práticas heteronormativas, o que dificulta ou impede uma intervenção qualificada.

Temos, portanto, a escola como um espaço e, por vezes, um território de disputas, que pode e deve ser analisado pela Geografia. O espaço escolar é uma referência que informa símbolos, marca diferenças e cria padrões e modelos a serem seguidos, configurando-se como um importante espaço de constituição de indivíduos. Pensar geograficamente o espaço escolar e suas relações com gênero, bem como outras interseccionalidades como raça e orientação sexual, é uma excelente forma de integrar a imaginação geográfica ao cotidiano de alunos/as e professores/as. Assim, a escola é repleta de regulamentos, currículos e normas expressos em linguagens verbais e gestuais que demarcam os lugares dos gêneros, das sexualidades e das raças (Silva, 2014, p. 111). Portanto, as abordagens sobre a diversidade sexual e de gêneros têm se mostrado fundamentais na (form)ação inicial e continuada de professores/as, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

O curso em questão dialogou, apesar das contradições e da precarização dos princípios da BNCC, que destaca o papel da escola na luta contra toda forma de

discriminação e preconceito, em consonância com a multiculturalidade e os Direitos Humanos. Discutir sexualidade sob a perspectiva dos Direitos Humanos é, primeiramente, afirmar que as minorias sexuais possuem direitos que precisam ser respeitados, e que sua individualidade e o direito de manifestar sua identidade devem ser garantidos. Muitas vezes, essa população é invisibilizada, o que dificulta até mesmo o debate sobre esses direitos, pois como discutir os direitos de alguém que não é percebido socialmente? Repensar a Geografia em sala de aula exige coragem para reconhecer que o/a outro/a existe e carrega em si outras geografias e grafias. O diálogo entre o campo científico e o saber popular compartilhado produz um campo muito mais rico e atual, permitindo que a Geografia contribua para uma aprendizagem significativa na vida de diversos sujeitos/as. A pedagogia trans e a geografia trans, desenvolvidas em iniciativas como o *Curso Prepara Nem*⁷ e o Curso de extensão abordado neste artigo, representam apenas alguns passos na construção de um saber geográfico que emerge de e para diversos *corposvidas* invisibilizados em uma sociedade tão plural e conservadora. Trata-se de uma pedagogia geografizada que potencializa o corpo-território e transforma essas pessoas em "[...] sujeitos protagonistas na construção de suas narrativas" (Miranda, 2020, p. 40).

Uma vez que o espaço escolar tende, por vezes, a reproduzir a lógica preconceituosa da sociedade em relação às questões de gêneros e sexualidades, pautadas em dogmas e ideias retrógradas, existe um movimento contrário de resistência que se expressa nos *corposvidas* que insistem em transitar nesse espaço. Esse movimento é representado pelos/as estudantes, que com seus jeitos e trejeitos, questionam a ordem vigente a todo momento. Em outras palavras, o coletivo de sujeitos/as que surge nesses espaços se faz visível através de seus *corposvidas*, e, ao ocupar o mesmo espaço-tempo, ressignifica-o e é culturalmente ressignificado por ele. Sendo assim, reafirmamos a necessidade de problematizar, cotidianamente, os conhecimentos universalizados pelos currículos que ainda persistem e que, mesmo quando construído coletivamente, refletem os jogos de poder das/nas escolas.

Corpos-territórios especializados, carregados de subjetividades pelos territórios que transitam, trazem em si, para além da reexistência, modelos diferenciados de se

⁷ O curso "Prepara Nem" (também conhecido como "Prepara, Nem") é uma iniciativa voltada para o preparo para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Seu objetivo é oferecer apoio específico a travestis, transexuais e transgêneros a ingressar nas universidades, conquistar diplomas e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho. Gratuito e sustentável por meio do trabalho voluntário de professores/as, promovendo inclusão, equidade e acesso à educação para grupos marginalizados, fortalecendo o protagonismo dessas pessoas na construção de seus futuros.

relacionar consigo mesmos, entre si e de se posicionarem no mundo. Esses corpos representam uma leitura espacial e espacializada, corporificada por uma Geografia que se insurge em busca de justiça social sob a perspectiva de uma nova ordem vigente. Essa insurgência não escapa ao espaço escolar, uma vez que a escola é o ponto de convergência onde ondas progressistas e conservadoras se encontram em maior ou menor intensidade, conforme a conjuntura política. Tal contexto inevitavelmente influencia as práticas pedagógicas, arranjos curriculares, materiais didáticos e ações formativas, que podem adotar vieses questionadores e/ou conformistas.

Algumas reflexões (não) finais

Como mencionado no início deste artigo, não se pretende aqui esgotar a discussão ou mesmo chegar a uma conclusão definitiva, afinal, neste processo, tudo é inacabado, tudo muda a cada dia. Uma verdadeira conclusão só será possível no dia em que pessoas LGBTQTI+ puderem transitar livremente por todos os espaços e por toda a cidade, em segurança e com seus direitos garantidos.

O que abordamos aqui foi o papel da (form)ação docente na construção de um espaço escolar mais igualitário. Dessa forma, a experiência formativa para docentes apresentada aqui foi muito além de simplesmente discutir Gênero e Sexualidades no Ensino de Geografia. Por um lado, ela nos permite refletir sobre as dificuldades do sistema educacional em nosso país; por outro, revela, por meio do papel docente, um vasto campo de possibilidades.

Nesse sentido, as experiências produzidas a partir do modo de *serestar* de inúmeros docentes que, como nós, *se percebem enquanto homens gays e professores de Geografia*, e que, em diálogo constante com e a partir desses corpos indesejados e invisibilizados, se tornaram sujeitos, juntamente com os demais envolvidos/as no Curso, provocaram, nas entrelinhas do conflito e das transgressões epistêmicas no campo geográfico, a necessária desestruturação da normatividade no espaço escolar, a partir de uma geografia não cartesiana, que geografize os diversos corpos-territórios.

O primeiro momento do curso, realizado no formato remoto, possibilitou que inúmeros alunos(as) participassem como inscritos ou como ouvintes, uma oportunidade que o formato presencial não ofereceria. Não se trata de defender as aulas virtuais em detrimento das presenciais, pois, ainda que as tecnologias tragam contribuições consideráveis, o diálogo e as construções devem ocorrer também presencialmente.

A grande procura e os relatos dos/as cursistas - muitos/as atuando na Educação Básica - demonstram a ausência de debates sobre gêneros e sexualidades nos cursos de licenciatura e uma demanda reprimida por esse tipo de (form)ação. Essa carência/ausência é evidente desde a (form)ação inicial do/a geógrafo/a, e mesmo no campo posterior de pesquisa acadêmica, no mestrado e doutorado, onde as pesquisas dos/as estudantes são refinadas de acordo com o objeto de estudo de cada um. Muitos programas não abrangem essas temáticas, forçando o/a estudante a buscá-las em outros programas, o que resulta na expressiva participação de estudantes nas aulas e cursos virtuais.

Além disso, o curso trouxe para nós reflexões essenciais para o campo das Geografias subversivas, sob a perspectiva de uma Geografia Insurgente. Destacamos que, embora essas temáticas estejam presentes na Geografia brasileira desde os anos 1990, ainda hoje se observa resistência à sua implementação nos espaços formativos. Dessa forma, cursos e debates como esses contribuem para romper barreiras institucionais que buscam manter uma Geografia eurocêntrica.

Portanto, ações extensionistas como esta corroboram com as lutas por justiça social, o que inclui gestões escolares que efetivamente defendam a democracia, a cultura da paz e o direito à educação de todos/as os/as estudantes. Isso se faz pela defesa da presença da Geografia na grade curricular da Educação Básica e por uma (form)ação inicial e continuada do docente de Geografia em um espaço escolar provido de afeto, acolhimento, do direito à coletividade e da produção de conhecimento transgressor, em prol do exercício pleno da cidadania de todos os corpos e de seus modos de *serestar* no mundo (Sousa, 2022).

Por fim, ressaltamos que tais reflexões passam também pela intervenção educativa. Daí a importância de refletirmos sobre como o tema é tratado no sistema escolar, uma vez que acreditamos que este seja capaz de contribuir para a transformação do imaginário, valores, culturas e condutas, compreendendo tudo aquilo que está ligado a essa situação, discutindo as relações de poder e dominação que permeiam tanto a vida fora da escola quanto a cultura escolar. Assim, os professores de Geografia têm um papel central na construção de um ensino de Geografia fora do armário que valorize e respeite a vida de todos, o que significa lidar com os conflitos, confrontos, contradições e diversas desigualdades. Por fim, é urgente e necessário que a ciência geográfica se reconfigure e desvende as máscaras sociais que oprimem sujeitos que, por tanto tempo, têm sido invisibilizados.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABLGTT). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil: experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABLGBT, 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço de; GIORDANI, Ana Cláudia Carvalho, A invisibilização dos marcadores sociais gênero e raça na geografia da base nacional comum curricular. **Geographia meridionalis**, v. 5, p. 03-31, 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei de Plano Nacional de Educação, PNE 13.005/2014.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: MEC, 2017.

BORTOLINI, Alexandre. Uma perspectiva interseccional de gênero para pensar e transformar a educação. IN: YORK, Sara Wagner, SILVA, Sérgio Luiz Baptista da; NOLASCO-SILVA, Leonardo. **Gênero e Sexualidade na educação: uma perspectiva interseccional.** Salvador: Devires, 2022.

CALLAI, Helena Copetti; TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz Toso. (Org.) **Dialogos com Professores- cidadania e práticas educativas.** 1. ed. Ijuí: Editora UNIJUI, 2015. v. 1. 231p.

ESCOUTO, Caio Maliszewski. A escola como espaço regulador das normas de gênero e sexualidade: notas de um professor trans. IN: MOREIRA, Carlos André Gayer; TONINI, IVAINE Maria (Orgs). **Espacialidades transgressoras: gênero e sexualidades na Geografia.** Goiania: C e A Alfa Comunicação, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do Armário: normatividade em ação. **Revista Retrato da Escola**, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & Educação Decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência.** Salvador: EDUFBA, 2020.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 269-280, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Pensar em ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Averso: para a crítica da Geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2013.

RANGEL, Mary. Desigualdades e seus efeitos na autorrepresentação. In: RANGEL, Mary. (Org.). **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2013, p.15-34.

RATTS, Alex. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. Comunicação apresentada no XX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu-MG, out. 2003.

RATTS, Alex. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre**. Ano 31, v. 1, n. 46. 2016.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. 21: 7-14, ago., 1996.

SEFFNER, Fernando. Vem de fora ou é produzida lá dentro? A cultura escolar e as circulações da violência. In: Rochele Fellini Fachinetto; Rosimeri Aquino da Silva; Fernando Seffner. (Org.). **O gênero da violência contribuições analíticas em contextos contemporâneos**. Porto Alegre RS: CirKula, 2022, v. 1, p. 167-192.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Documentos de Identidades**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

SILVA, Joseli. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009.

SILVA, Joseli. Espaço interdito e experiência travesti. In: SILVA, Joseli; ORNAT, Marcio; JUNIOR, Alides. **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2013.

SILVA, Joseli ; Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: Em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (ORGS.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2014. p. 17-35.

SILVA, José Rodolfo Lopes da; CAETANO, Marcio; SOUSA, Nilcelio S. de. “Na minha família não”: culturas e investimentos em família, homossexualidade e cisheteropatriarcado, **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2022, p. 217-229.

SOUSA, Victor Pereira de. Geografia da escola: uma necessidade de se repensar o espaço escola. **Pesquisar**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 36-60, maio 2022.

SOUSA, Nilcelio S. de. **Viagens e narrativas sobre gênero e sexualidade na (des)formação docente: (re)invenção de mim e de nós**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Niterói/RJ, UFF, 2022.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas – gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia.** Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em maio de 2025.